



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

18  
84  
23

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 188538-7/02**

**EMBARGANTE: BANCO BANORTE S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDUCIAL**

**EMBARGADO: ESPÓLIO DE JOSÉ VALDEMIRO DA SILVA**

**RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**EMENTA:** Civil e Processual Civil – Embargos de Declaração – Recurso de Agravo – Omissão – Comprovadamente foram analisadas todas as questões colocadas – Prequestionamento – Nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios – Mesmo para efeito de prequestionamento os embargos devem observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC – Recurso conhecido, porém rejeitado – Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração de nº 188538-7/02, que têm como embargante BANCO BANORTE S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDUCIAL e embargado(a) ESPÓLIO DE JOSÉ VALDEMIRO DA SILVA, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer, porém rejeitar os aclaratórios, tudo na conformidade do relatório e voto anexo que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 11/12/2009

  
**Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

19  
82  
24

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 188538-7/02**

**EMBARGANTE: BANCO BANORTE S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

**EMBARGADO: ESPÓLIO DE JOSÉ VALDEMIRO DA SILVA**

**RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**Relatório:**

O Banco Banorte S/A – Em Liquidação Extrajudicial opôs Embargos de Declaração apontando omissão no julgado proferido nos autos do Recurso de Agravo nº 188538-7/01.

Aduz o embargante que a decisão embargada deixou de manifestar-se sobre a negativa de vigência ao Art. 22 e seus §§ 1º ao 4º da Lei 6024, de 13 de março de 1974, assim como das alíneas “d” e “f” do Art.18 do mesmo comando normativo, impossibilitando a embargante de cumprir a obrigação de pagar os expurgos inflacionários em caderneta de poupança, além de não pode incidir juros e correção monetária.

É o Relatório.

Recife, 11/12/2009

**Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
Relator

amp



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

20  
25

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 188538-7/02**

**EMBARGANTE: BANCO BANORTE S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

**EMBARGADO: ESPÓLIO DE JOSÉ VALDEMIRO DA SILVA**

**RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**Terceira Câmara Cível**

**VOTO:**

Na verdade o embargante pretende rediscutir a matéria que foi devidamente tratada no referido julgado, como se pode concluir do acórdão vergastado:

**EMENTA:** Civil e Processual Civil – Recurso de Agravo – Apelação Cível – Decisão Terminativa - Poupança – Expurgos Inflacionários – Instituição Financeira em Liquidação Extrajudicial – Processo de Conhecimento – Não incidência da Lei nº 6024/74 – Condenação – Observância do ordenamento jurídico pertinente – Incidência de juros e correção monetária – Possibilidade – Inteligência Jurisprudencial - Lei 6899/91- A correção monetária é mera atualização do poder de compra da moeda em curso no país, sendo o corolário legal decorrente de sentença com eficácia condenatória - Juros moratórios – Trata-se de acessórios do débito principal - Obrigação legal a ser adimplido dentro das forças da massa – Recurso não provido – Decisão unânime.

Como visto, as razões dos presentes embargos não merecem prosperar, pois, o Acórdão, como todos sabem, é composto não só pela ementa, somam-se os Relatórios, Votos e discussões, caso existentes. Portanto, apreciando as fls.02/06 do Recurso de Agravo, ter-se-á uma visão completa do julgamento.

amp.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

21  
26 89

Ali, tranqüilamente se verá que toda a matéria foi devidamente debatida e julgada. Porém, para afastar qualquer indagação ainda existente, transcrevo trechos do julgamento, ora embargado, para assim afastar as alegações apontadas:

Quanto a negativa de vigência ao Art. 22 e seus §§ 1º ao 4º da Lei 6024, de 13 de março de 1974, essa questão foi assim tratada no julgado:

"...Quanto ao regime de liquidação extrajudicial, a lei na qual busca amparo a apelante para alegar a impossibilidade jurídica do pedido e a impossibilidade da condenação dos juros (Art. 18 da Lei 6024/74 - Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: a) suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação; d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo;) -, fere de morte o direito de ação consagrado na Constituição Federal em seu Art. 5º, inciso XXXV, é por isso que o Superior Tribunal sucessivamente vem indicando que a alegada lei deve ser abrandada, principalmente, quando se trata de ação de conhecimento, onde se busca o reconhecimento do direito do autor.

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, respectivamente:

"LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DE PROCESSO RELATIVO A ENTIDADE LIQUIDANDA. ART. 18, "A", LEI N. 6.024/74. LIMITES. A SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES A DIREITOS E INTERESSES DO ACERVO DE ENTIDADE EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL PRECONIZADA NO ART. 18, "A", LEI N. 6.024/74, HA QUE SER APLICADA COM CERTO TEMPERAMENTO, MORMENTE QUANDO SE TRATAR DE AÇÃO DE CONHECIMENTO, ONDE SE BUSCA TÃO SOMENTE O RECONHECIMENTO DO DIREITO DO AUTOR. RECURSO NÃO CONHECIDO". ( RÊsp 38740 / RS, Relator: Min.Cláudio Santos, Órgão Julgador: Terceira Turma, Data da Publicação: DJ 21/11/1994 p. 31763)

amp



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

22  
19  
27

"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO JÁ INICIADA. DESNECESSIDADE DE SUSPENSÃO. A interpretação que tem sido dada pela jurisprudência ao disposto no artigo 18, 'a', da Lei 6024/74 exclui da suspensão as ações de conhecimento, uma vez que estas objetivam apenas o reconhecimento do direito do requerente. Agravo provido". (Agravo de Instrumento Nº 70013595491, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Helena Ruppenthal Cunha, Julgado em 28/11/2005)

No mesmo sentido foi o julgamento do Recurso de Apelação nº 168293-7/01, proferido pela Quarta Câmara Cível deste Tribunal em 14/08/2008:

"CIVIL. PROCESSO CIVIL. CONTRATO. DIREITO DO CONSUMIDOR. POUPANÇA. PLANO BRESSER, VERÃO E COLLOR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. Recurso de Agravo em face de decisão terminativa proferida - com fulcro art. 557, caput, do CPC - em Apelação Cível. Alega o recorrente que estar em liquidação extrajudicial, não podendo assim efetuar o pagamento da forma pretendida pela requerida. Entretanto a decretação de liquidação extrajudicial de entidades financeiras não tem o condão de inibir de forma absoluta o direito de ação contra a massa liquidante, mormente quando se tratar de ação de conhecimento, a qual pela própria natureza busca apenas o reconhecimento do direito do autor, ainda que importe em condenação. Matéria recursal que encontra amparo no STJ e TJPE. Recurso de Agravo Improvido. Decisão unânime". (fls.27/29)

"(...)Tudo o mais ficará para a fase de liquidação de sentença, onde se observará o Art. 22 e seguintes da Lei 6024/74, e quando se determinará o efetivo pagamento".(fls.30)

Quanto a alegação de negativa de vigência das alíneas d e f do Art. 18 da Lei nº 6024/74:

amp



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

23  
28

"Quanto a alegação de negativa de vigência das alíneas d e f do Art. 18 da Lei nº 6024/74, por ter sido a agravante condenada a pagar quantia corrigida e acrescida de juros contados da citação, melhor sorte não merece tal postulado.

Primeiro, por ser a correção monetária mera atualização do poder de compra da moeda em curso no país, sendo o corolário legal decorrente de sentença com eficácia condenatória.

No tocante aos juros moratórios se tratam de acessórios do débito principal, que também são devidos pela seguradora em liquidação extrajudicial, pois se trata de consectário legal a ser adimplido dentro das forças da massa.

Esse é o entendimento do STJ, como se pode observar dos arestos colacionados.

"AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. JUROS DE MORA. NÃO SUSPENSÃO.

- A liquidação extrajudicial não interrompe a contagem dos juros moratórios". (AgRg no Ag 587608/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Terceira Turma, julgado em 27/03/2007, DJ 23.04.2007 p. 254)

"CONSÓRCIO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS. ADMINISTRADORA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PRETENDIDA SUSPENSÃO DA CONTAGEM DOS JUROS. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

A liquidação extrajudicial de empresa não acarreta a suspensão da contagem dos juros moratórios. Recurso especial não conhecido". (REsp 137317/MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Quarta Turma, julgado em 04/12/2001, DJ 22.04.2002, p. 208, RSTJ vol. 157 p. 397).

"LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CORREÇÃO MONETARIA. JUROS.

1. OS DEBITOS RESULTANTES DE DECISÃO JUDICIAL, DAS EMPRESAS SUBMETIDAS A LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, DEVEM SER CORRIGIDOS DESDE O VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO OU DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRINCIPIO



24  
29

**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**

**Tribunal de Justiça**

**Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão**

GERAL DA LEI 6.899/81, QUE NÃO SOFREU RESTRIÇÃO COM A SUPERVENIÊNCIA DO DEC. LEI 2.278/85.

2. AJUIZADA AÇÃO DE ADIMPLENTO DE OBRIGAÇÃO DESCUMPRIDA PELA EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO, INCIDE A REGRA PROCESSUAL SOBRE A MORA (ART. 219 CPC) E, COMO CONSEQUÊNCIA, FLUEM OS JUROS MORATORIOS DESDE A CITAÇÃO VÁLIDA. RECURSO NÃO CONHECIDO". (REsp 48606 / SP, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar, Órgão Julgador: Quarta Turma, Data da Publicação: DJ 29/08/1994 p. 22202)".

Com esses novos embargos, fica patente a pretensão do Embargante de rever o julgado e ver sua tese vencedora, ao reiterar a discussão dos mesmos fundamentos fáticos e jurídicos já esposados nas suas respostas à petição inicial, à apelação cível e no recurso de agravo.

Conforme jurisprudência desta corte, mesmo que os Embargos de Declaração pretendam prequestionar a matéria, deve-se observar os limites impostos pelo Art. 535, CPC:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ QUE ADMITE AÇÃO DIRETA DA VÍTIMA CONTRA SEGURADORA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 535 DO CPC. EMBARGOS IMPROVIDOS. UNANIMIDADE. - Embargos declaratórios não se prestam a adequar a decisão ao entendimento do embargante. E mesmo quando visem ao prequestionamento, não podem ultrapassar os contornos do art. 535 do CPC. - Embargos improvidos. Unanimidade". (Embargos de Declaração nº 75259-4/01, Relator do Acórdão: Des. José Fernandes, Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível, Publicação: Nº DJ: 199 Data da Publicação: 21/10/2003).

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - PLANO DE SAÚDE - CIRURGIAS DECORRENTES DE GASTROPLASTIA - CIRURGIAS NÃO REPARADORAS - NEGATIVA DE COBERTURA - CLÁUSULA ABUSIVA - SÚMULA 30 DO TJPE - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. 1. Sabe-se que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou, no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e em face de construções jurisprudenciais, admissíveis em decisões judiciais em sentido amplo e também com efeitos modificativos. Em regra, não

amp

6



30 25/84

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Justiça

Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

possuem caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

2. Contudo, são também os Embargos de Declaração utilizados com o objetivo de prequestionamento de questão federal e/ou constitucional, para efeito de viabilizar a interposição de recurso especial ou recurso extraordinário. Trata-se de requisito necessário à admissão desses recursos, nos quais não se pôde ventilar questões que não foram objeto de tratamento no acórdão recorrido. 3. Entretanto, cediço é que mesmo nos casos de omissão a respeito de uma questão federal ou constitucional que devesse ter sido objeto de discussão no julgamento, os Embargos de Declaração devem observar os limites traçados pelo art. 535 do CPC, somente podendo ser recebido se forem apontadas obscuridade, contradição ou omissão. 4. Não há o que se aclarar na decisão embargada, a qual apreciou a lide nos termos em que foi posta. Ademais, esta Corte não é obrigada a se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelo Embargante, mormente quando decidiu com fundamentos suficientes para esgotar os aspectos jurídico-processuais da demanda. 5. Recurso improvido à unanimidade de votos". (Embargos de Declaração nº 162193-8/02, Relator: Des. Bartolomeu Bueno, Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível, Data do Julgamento: 24/07/2008). (grifo nosso)

No mesmo sentido os Embargos de Declaração nº 163499-9/02, Relator: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres, Órgão Julgador: 6ª Câmara Cível, Data do Julgamento: 25.05.2008.

Pelo exposto, e diante da nítida ausência dos pressupostos necessários para o acolhimento dos aclaratórios, rejeito os presentes embargos de declaração.

É como voto.

Recife, 11/12/2009

  
Des. Sílvio de Arruda Beltrão  
Relator